

Exame Final Nacional de Filosofia

Prova 714 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2018

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

8 Páginas

VERSÃO 2

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

GRUPO I

1. Para ser sólido, um argumento

- (A) tem de ser válido e ter as premissas verdadeiras.
- (B) tem de ser válido, mas pode ter premissas falsas.
- (C) apenas tem de ter as premissas verdadeiras.
- (D) apenas tem de ter a conclusão verdadeira.

2. A frase «na manhã do dia 15 de janeiro de 1770, o Marquês de Pombal, em vez de tratar de assuntos políticos, deixou-se ficar na cama a beber chocolate e a ler poesia»

- (A) não exprime uma proposição, porque não sabemos se é verdadeira ou falsa.
- (B) exprime uma proposição, ainda que não seja verdadeira nem falsa.
- (C) não exprime uma proposição, porque não é verdadeira nem é falsa.
- (D) exprime uma proposição, ainda que ignoremos qual é o seu valor de verdade.

3. Considere as frases seguintes.

De um lado, temos aqueles que se limitam à leitura de informação instantânea na Internet e que têm dos acontecimentos uma visão perigosamente superficial. Do outro, temos aqueles que leem os clássicos e que adquirem uma grande profundidade na análise dos acontecimentos.

Estas frases poderiam naturalmente ser premissas de

- (A) uma falácia da derrapagem.
- (B) uma falácia *ad hominem*.
- (C) um boneco de palha.
- (D) um falso dilema.

4. Considere o argumento seguinte.

Os enormes custos ecológicos do transporte aéreo deveriam ser integrados nos bilhetes de avião, pois essa é a única coisa sensata a fazer.

Quem apresenta o argumento anterior

- (A) não incorre numa falácia, porque todos os custos de um serviço devem ser pagos por quem o usa.
- (B) incorre numa falácia, porque critica injustamente as transportadoras aéreas.
- (C) incorre numa falácia, porque dá como provado o que pretende provar.
- (D) não incorre numa falácia, porque dá razões, em vez de procurar explorar as emoções do auditório.

5. Considere o argumento seguinte.

O direito à vida implica o direito a prolongar a vida através do acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis. Assim, numa sociedade justa, se todos têm igual direito à vida, então todos têm igual direito a prolongar a vida através do acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis. Por conseguinte, numa sociedade justa, não é aceitável que o acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis dependa do poder económico dos indivíduos ou das suas famílias. Em contrapartida, numa sociedade injusta, impera literalmente o princípio do «salve-se quem puder».

A conclusão do argumento anterior é

- (A) numa sociedade injusta, apenas se salva quem pode pagar o acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis.
- (B) o acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis não deve depender do poder económico dos indivíduos ou das suas famílias.
- (C) não ter direito a prolongar a vida através do acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis é o mesmo que não ter direito à vida.
- (D) todos temos igual direito a prolongar a vida através do acesso aos melhores cuidados médicos disponíveis.

6. De acordo com a ética de Kant, temos a obrigação de respeitar os princípios seguintes:

- Nunca se deve violar contratos.
- Nunca se deve quebrar promessas.

Suponha que alguém prometeu fazer algo, não se apercebendo de que isso implicava violar um contrato.

Que problema levantaria este caso à ética de Kant?

- (A) O primeiro princípio deverá ser desrespeitado, pois tem menos força do que o segundo.
- (B) O segundo princípio deverá ser desrespeitado, pois tem menos força do que o primeiro.
- (C) Os dois princípios deixam de ter importância moral, pois mostram não ser universalizáveis.
- (D) O conflito de princípios é irresolúvel, pois ambos constituem proibições absolutas.

7. A dúvida cartesiana também se aplica às crenças *a priori*. O argumento que permite pôr em causa as crenças *a priori* é o argumento

- (A) do génio maligno.
- (B) do sonho.
- (C) das ilusões dos sentidos.
- (D) da existência de Deus.

8. Imagine que Descartes era forçado a concluir que, afinal, Deus pode ser enganador; nesse caso, para ser coerente, ele teria de aceitar que
- (A) os sentidos são mais importantes do que a razão.
 - (B) é falsa a ideia de que ele próprio existe enquanto pensa.
 - (C) as ideias claras e distintas podem ser falsas.
 - (D) apenas as sensações corporais podem ser falsas.

Neste grupo, para os itens 9. e 10., são apresentados dois percursos:

Percurso A – A experiência estética e Percurso B – A experiência religiosa.

Responda apenas aos dois itens de um dos percursos.

Na sua folha de respostas, identifique claramente o percurso selecionado.

PERCURSO A – A experiência estética

9. Considere as afirmações seguintes.

1. Salieri era simultaneamente um rival e um admirador de Mozart.
2. Mozart teve uma grande influência na história da música.
3. As composições de Mozart são mais belas do que as de Salieri.

- (A) 3 exprime um juízo estético; 1 e 2 não exprimem juízos estéticos.
- (B) 1 exprime um juízo estético; 2 e 3 não exprimem juízos estéticos.
- (C) 1 e 2 exprimem juízos estéticos; 3 não exprime um juízo estético.
- (D) 2 e 3 exprimem juízos estéticos; 1 não exprime um juízo estético.

10. O problema da definição da arte é o problema de

- (A) explicar o significado estético de cada obra de arte.
- (B) distinguir as obras-primas das outras obras de arte.
- (C) justificar o que torna a arte valiosa para as nossas vidas.
- (D) identificar as propriedades que fazem algo ser arte.

PERCURSO B – A experiência religiosa

9. Qual das afirmações seguintes exprime adequadamente a perspetiva religiosa sobre o sentido da vida?

- (A) Se Deus não existisse, a nossa vida não teria propósito.
- (B) Se Deus não existisse, a nossa vida teria um sentido diferente.
- (C) Se Deus não existisse, não saberíamos o que devemos fazer.
- (D) Se Deus não existisse, nós também não existiríamos.

10. O problema da existência de Deus consiste em

- (A) compreender porque existe Deus.
- (B) apurar se Deus existe de facto.
- (C) explicar como Deus surgiu.
- (D) determinar qual é o Deus verdadeiro.

GRUPO II

1. A ação distingue-se do mero acontecimento.

Apresente uma frase que, inequivocamente, descreva uma ação e outra que, inequivocamente, descreva um mero acontecimento.

Na sua resposta, para cada frase apresentada, assinale se é descrita uma ação ou se é descrito um mero acontecimento.

2. Um determinista moderado e um determinista radical observaram a jogada a seguir descrita.

O João e o Carlos estão a jogar à bola em equipas contrárias. Numa das jogadas, o João correu para a bola. Atrás dele, vinha o Carlos, também decidido a disputar o lance. O Carlos acabou por conseguir chegar primeiro à bola, mas o João tocou-lhe com a chuteira no tornozelo. O Carlos caiu imediatamente no relvado. O Manuel, que estava a arbitrar o jogo, expulsou o João. Mas o João disse que era injusto ser penalizado pelo sucedido.

2.1. Relativamente às possíveis explicações para a intervenção do Manuel, o determinista moderado e o determinista radical concordam apenas parcialmente.

Explícite os aspetos em que os dois observadores concordam e aqueles em que divergem.

2.2. Caso o Carlos tenha caído ao chão de propósito, de modo a prejudicar a equipa contrária, será que o determinista radical lhe atribui responsabilidade moral pelo seu comportamento? Justifique a sua resposta.

GRUPO III

1. Leia os dois textos seguintes, um de Kant e outro de Mill.

Aquele que diz uma mentira, por muito bem-intencionado que possa ser, tem de ser responsável pelas suas consequências [...], ainda que estas possam ter sido imprevisíveis; pois a veracidade é um dever que tem de ser entendido como a base de todos os deveres decorrentes de um contrato, cuja lei se torna incerta e inútil caso se admita a menor exceção.

Por conseguinte, ser verídico (honesto) em todas as declarações é um mandamento sagrado da razão [...].

I. Kant, «Sobre um Suposto Direito de Mentir por Amor à Humanidade», in *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, 1989, pp. 175-176 (texto adaptado).

Todos os moralistas reconhecem que mesmo a regra de dizer a verdade, sagrada como é, admite a possibilidade de exceções, verificando-se a principal quando ocultar um facto (por exemplo, ocultar informação a um malfeitor ou más notícias a uma pessoa muito doente) iria salvar uma pessoa (especialmente uma pessoa que não nós próprios) de um mal maior e imerecido, e quando só é possível realizar a ocultação negando a verdade.

J. S. Mill, *Utilitarismo*, Porto, Porto Editora, 2005, p. 63 (texto adaptado).

Confronte as posições de Kant e de Mill, expressas nos textos anteriores, acerca da regra de dizer a verdade.

Na sua resposta, integre adequadamente a informação dos textos.

2. Leia o texto seguinte.

O valor da liberdade não é o mesmo para todos. Alguns gozam de maior poder e riqueza e dispõem, portanto, de maiores meios para alcançar os seus fins. [...] Considerando os princípios da justiça em conjunto, a estrutura básica deve ser disposta de modo a maximizar para os menos beneficiados o valor do sistema completo de liberdades iguais que é partilhado por todos. É esta a definição do objetivo da justiça social.

J. Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 170 (texto adaptado).

2.1. Por que razão, de acordo com Rawls, é preciso maximizar o valor da liberdade para os menos beneficiados?

Na sua resposta, mostre como se faria essa maximização aplicando os princípios da justiça propostos por Rawls.

2.2. Considere, a título de hipótese, que temos a liberdade de viver a vida que queremos e que temos a liberdade de usar como entendermos os recursos que adquirimos em resultado do exercício legítimo das nossas capacidades. Suponha, ainda, que estas liberdades são direitos morais absolutos.

Teríamos, neste caso, a obrigação de contribuir para a realização da justiça social defendida por Rawls? Porquê?

GRUPO IV

1. Leia o texto seguinte.

Da primeira vez que um homem viu a comunicação de movimento por impulso, ou pelo choque de duas bolas de bilhar, ele não poderia afirmar que um evento estava conectado, mas apenas que estava conjugado com o outro. Depois de ter observado vários casos desta natureza, passa a declarar que eles estão conectados.

D. Hume, *Investigação sobre o Entendimento Humano*, Lisboa, IN-CM, 2002, p. 89.

Como é que Hume explica que tenhamos a ideia de conexão necessária entre acontecimentos?

Na sua resposta, integre adequadamente a informação do texto.

2. Considere as proposições seguintes.

a) Se há instabilidade política no Reino Unido, os preços das ações na bolsa de Londres caem.

b) Se há instabilidade política no Reino Unido, os preços das ações na bolsa de Londres alteram-se.

Qual das proposições seria mais interessante para um cientista que usasse o método proposto por Popper? Justifique a sua resposta.

3. Será que a avaliação das teorias científicas é determinada por critérios objetivos?

Compare as respostas de Popper e de Kuhn a esta questão.

GRUPO V

De acordo com a análise tradicional do conhecimento, o conhecimento é crença verdadeira justificada.

Será que as conclusões dos argumentos indutivos fortes são conhecimento?

Na sua resposta, deve:

- clarificar o problema apresentado;
- apresentar inequivocamente a posição que defende;
- argumentar a favor da posição que defende.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item			Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)			
I	1. a 10.			80
	10 x 8 pontos			
II	1.	2.1.	2.2.	32
	12	12	8	
III	1.	2.1.	2.2.	36
	12	12	12	
IV	1.	2.	3.	36
	12	12	12	
V	Item único			16
TOTAL				200